

A PERCEÇÃO DE INTEGRANTES DE CONSELHOS GESTORES E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE RESENDE-RJ.

Weslei Jardim Batista¹
Júlio Cesar Andrade de Abreu²

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar, a partir da utilização do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), a percepção de integrantes de conselhos gestores e lideranças comunitárias do município de Resende-RJ sobre a efetividade da participação social no processo de tomada de decisão do governo local. Visou, ainda de acordo com a opinião desses cidadãos, identificar as formas pela qual essa participação poderia ser fortalecida no âmbito do município. Foi observado que, na percepção dos participantes, a participação popular pode ser apontada como frágil, pequena e sem repercussão, não podendo ser considerada efetiva. Para esses participantes os cidadãos resendenses são acomodados, desinteressados e preferem não se envolver no processo de tomada de decisão, transferindo a responsabilidade para outras pessoas. A maior parte dos participantes acredita que a participação pode ser favorecida no município através da atuação dos Conselhos Municipais, que possuem bastante força e podem promover iniciativas junto ao governo local.

PALAVRAS-CHAVE: PARTICIPAÇÃO SOCIAL. CONSELHOS GESTORES. LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS. DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC).

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Associação Educacional Dom Bosco (AEDB).

² Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UFF) e Coordenador do Curso de Administração Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF/PUVR).

INTRODUÇÃO

Nos anos de 1980, no contexto da democratização, surgiu no Brasil a defesa da participação social nas instâncias de deliberação e execução de políticas públicas. A partir de diferentes experiências político-sociais chegou-se ao consenso de que a participação possuía grande relevância nos processos de formulação, decisão, controle e implementação de políticas sociais. A participação dos cidadãos e das organizações civis foi largamente interpretada como um poderoso antídoto à burocratização, à ineficiência, ao patrimonialismo e a corrupção que marcavam as políticas sociais brasileiras (DA SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005). Ao prever a participação da sociedade no processo decisório local, a Constituição Federal de 1988 tornou a participação um fator importante na democratização do processo de tomada de decisão e na inibição de práticas como o clientelismo e o fisiologismo que permeiam a relação do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil (PINHEIRO, 2014).

A participação dos cidadãos pode ser considerada como a base para o autogoverno e, ao mesmo tempo, o que diferencia a democracia de outros regimes políticos (SCHLEGEL, 2009). É considerado um tema bastante presente na contemporaneidade (ABREU, 2012), está associada à noção de democratização do Estado e pode ser entendida como a abertura de espaços ao envolvimento da sociedade civil nas atividades de definição, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Está relacionada à abertura de canais de diálogo e deliberação entre o Poder Executivo e a sociedade, seja por meio de organizações ou de indivíduos (FERRAREZI; OLIVEIRA, 2013). Pode-se afirmar que a participação é parte integrante da realidade social, na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Ela pode ser considerada, ainda, a construção da transformação social (MILANI, 2008).

Nas últimas décadas diversas experiências de democracia representativa foram desenvolvidas pelos municípios brasileiros. O resultado dessas experiências tem sido objeto de diversos estudos no âmbito acadêmico, com o propósito de fornecer um melhor entendimento sobre o efetivo funcionamento desses espaços de participação (ROCHA, 2011). A participação comunitária tem sido um dos instrumentos mais utilizados para garantir a influência na gestão de órgãos públicos e a representatividade política (MOTTA, 2013). No entanto, a existência de mecanismos de participação não significa, necessariamente, a participação ativa ou automática, nem democrática (FERRAREZI; OLIVEIRA, 2013). É fundamental que a sociedade realmente aproveite os espaços de participação concedidos pelo poder público, pois esse pode ser o primeiro passo para a construção de uma efetiva cidadania (ANDRADE; CASTRO; PEREIRA, 2012).

A participação e a gestão social são elementos importantes para o exercício da democracia. No Brasil, os conselhos gestores de políticas públicas podem ser considerados como um dos principais formatos institucionais voltados à sua promoção (OLIVEIRA *et al*, 2013). Eles têm a função de realizar a interface entre a sociedade e o governo local, viabilizando o diálogo sobre políticas públicas. Podem ser considerados, ainda, importantes mecanismos de participação democrática e de controle social (AVRITZER, 2009), uma vez que atuam diretamente sobre as políticas e governo locais (OLIVEIRA *et al*, 2013).

A região Sul-Fluminense pode ser considerada como uma região econômica e socialmente bastante importante. Fica constatado, no entanto, que existem poucos estudos sobre a temática analisando sua realidade, o que evidencia uma lacuna no conhecimento. O município de Resende encontra-se localizado na microrregião do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro. A cidade é cortada pelo Rio Paraíba do Sul, fica situada no eixo Rio - São Paulo, possui cerca de 124.316 habitantes (IBGE, 2014) e conta em sua estrutura administrativa municipal com uma secretaria especificamente destinada a tratar das relações entre a sociedade e o governo local (Secretaria Municipal de Relações Comunitárias e Cidadania). Cabe a essa

secretaria estimular e fortalecer a participação popular em cerca de vinte e um conselhos municipais e nos demais níveis governamentais existentes (PMR, 2013).

O esforço direcionado à avaliação do efetivo funcionamento dos diversos mecanismos de democracia participativa adotados nas últimas décadas no Brasil, de acordo com Rocha (2011), é ainda muito incipiente. De acordo com esse autor, mais do que adotar posições excessivamente normativas, faz-se necessário avaliar em que medida esses espaços participativos têm cumprido (ou não) os seus objetivos, bem como quais os motivos que explicam os seus sucessos e insucessos. Nesse contexto, surgem alguns questionamentos: Qual a percepção de integrantes de conselhos gestores e/ou lideranças comunitárias sobre a participação social no processo de tomada de decisão do governo municipal? Ela pode ser considerada como efetiva? Na opinião desses cidadãos, de que forma essa participação poderia ser fortalecida no âmbito do município?

O presente estudo tem como principal objetivo analisar a percepção de integrantes de conselhos gestores e lideranças comunitárias do município de Resende-RJ quanto à participação social no processo de tomada de decisão da administração pública municipal, apresentando suas opiniões e utilizando no tratamento dos dados a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) pode ser considerado uma tentativa explícita de reconstituição de um ser (ou entidade empírica coletiva) o qual opina na forma de um sujeito de discurso que é redigido na primeira pessoa do singular, mas que reporta um pensamento ou opinião coletiva (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006).

A pesquisa encontra-se organizada em cinco seções, além dessa introdução (primeira seção) e das referências bibliográficas. Na segunda seção serão discutidos conceitos e tópicos referentes à participação social e a formação política a partir da prática de extensão universitária. Será analisada, ainda, a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo como uma alternativa no tratamento de dados. Na terceira seção será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa para identificar a percepção

dos participantes em relação ao problema do estudo. A quarta seção dedica-se a descrição e análise dos resultados obtidos quantitativa e qualitativamente através do DSC e, finalizando os estudos, na quinta seção são realizadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Participação Social e a Formação Política

A participação, deliberação e representação têm sido consideradas como dimensões complementares para o fortalecimento da democracia (BRASIL *et al*, 2012). A participação e representação são formas de ação política que se completam, sendo necessário considerar que não somente a participação popular, mas também as formas de representação do tipo não eleitoral possuem um papel significativo a ser desempenhado na resolução de problemas apresentados pela representação clássica (FRANCKINI *et al*, 2010). Nesse contexto, Fung (2006) afirma que os mecanismos de participação, deliberação e representação (integrantes das chamadas instâncias participativas) vêm sendo considerados peças-chave para a qualidade dos processos democráticos em seu funcionamento e no aprimoramento de políticas públicas.

A participação pode ser considerada como uma possibilidade objetiva para a superação de entraves burocráticos e determinísticos na busca pela modernização organizacional. Ela não deve ser considerada somente como uma forma de colaborar, de assentir ou de aderir a um processo, pois participar não é atuar meramente como um expectador, e sim como um ator (VASCONCELLOS; DA CRUZ JÚNIOR, 2000). Ela ensina às pessoas novas formas de buscar o poder, além de conferir uma maior consciência sobre os direitos de cidadania e criar um novo sentido nas relações sociais e políticas (MOTTA, 2013).

A inserção da participação popular na gestão pública brasileira atingiu seu ápice em meados da década de 1980, no momento da elaboração da Constituição Federal (PAES DE PAULA, 2005). No final dessa década, devido à reabertura

democrática, ocorreram mudanças substantivas em termos de participação democrática. Com a promulgação da Constituição de 1988, os direitos de cidadania, mecanismos de inclusão política e principalmente de participação democrática (os quais iriam além do sufrágio universal, institucionalizando outras formas de participação, como por exemplo, o referendo, a iniciativa popular e os conselhos) foram fortemente ampliados (ABREU, 2012).

O crescente aumento de experiências de participação popular na esfera pública municipal no Brasil tem demonstrado o potencial de democratização destas experimentações, uma vez que elas envolvem e requerem a construção de práticas e interações sociais pelos atores que estão na arena discursiva (CARLOS, 2006). É fundamental, entretanto, que a sociedade realmente aproveite os espaços de participação concedidos pelo poder público, pois esse pode ser o primeiro passo para a construção de uma efetiva cidadania brasileira (ANDRADE; CASTRO; PEREIRA, 2012). No âmbito da gestão municipal, a participação cidadã pode ser entendida como:

[...] o processo social no qual cidadãos, grupos ou organizações “tomam parte” das decisões públicas, com demandas específicas debatidas e expressas “nos espaços públicos e não reivindicadas nos gabinetes do poder, articulando-se com reivindicações coletivas e gerais, combinando o uso de mecanismos institucionais com sociais, inventados no cotidiano das lutas, e superando a já clássica dicotomia entre representação e participação” (ABREU, 2012, p.118).

A questão da representatividade está focada na qualidade da representação, que se refere à autonomia dos representantes populares frente ao governo e que pode ser entendida como a capacidade de sustentar opiniões, estabelecer acordos e defender posições de forma independente (CARLOS, 2006).

Por mais que a participação seja desejável e o Estado se prepare para ela, esse fato não significa que haverá consonância em todas as áreas vislumbradas pela sociedade. Isso se deve ao fato de que alguns temas possuem um apelo maior junto à população, ao passo que outros interessam somente a alguns grupos mais restritos (FERRAREZI; OLIVEIRA, 2013). Na atual configuração, o Estado apenas

reproduz desigualdades, haja vista que apenas uma pequena parcela da população consegue ter voz na construção de políticas públicas (ABREU, 2010). Devido a esse fato, é fundamental que os cidadãos tenham uma atuação direta mais importante nas escolhas públicas ou, ao menos, engajem-se mais profundamente nas questões políticas, a fim de que tenham a garantia de que suas preocupações e opiniões serão efetivamente ouvidas e atendidas por parte da administração pública (FUNG; COHEN, 2007). De acordo com Pinheiro (2014, p.20), “o esforço de participar; do querer fazer parte do processo decisório; da vontade em influenciar, mesmo que advogando em causa própria ou da comunidade, que faz da participação a mais importante ferramenta da democracia”.

Nesse contexto, os conselhos gestores podem ser vistos como um importante instrumento de participação democrática e de controle social (AVRITZER, 2009; OLIVEIRA *et al*, 2013). Eles podem ser considerados como uma das principais experiências de democracia participativa nas últimas décadas, constituindo espaços decisórios importantes para a prática da gestão social (KRONENBERGER *et al*, 2012). São reconhecidos como potenciais canais de expressão e reivindicação de segmentos sociais excluídos da cidadania (DAGNINO, 2002). No entanto, para que ocorra o funcionamento pleno desses conselhos, faz-se necessário a adequada formação política (paralela à educação formal), a fim de prover a exata dimensão das atribuições, relevância e possibilidades desses órgãos para a sociedade (OLIVEIRA *et al*, 2013).

Com o intuito de preencher essas lacunas de capacitação na Região do Sul-Fluminense, foi implementado no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense (ICHS-UFF) no Polo Universitário de Volta Redonda (PUVR) no ano de 2012, o projeto de extensão “Formação Política e Cidadania: os conselhos municipais como referência”. Cabe ressaltar que esse projeto é produto de uma parceria entre o Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE-FGV) e a Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (OLIVEIRA *et al*, 2013). Pode-se

observar, ainda, que a universidade, através de práticas de extensão, pode contribuir para a potencialização da mobilização da sociedade, instigando a sociedade à reflexão crítica da realidade e cumprindo com o caráter eminentemente político da educação (KRONEMBERGER *et al*, 2012). De acordo com Oliveira *et al* (2013), esse curso tem como objetivo preparar, não apenas os integrantes de conselhos municipais, mas toda a população interessada em participar em arranjos institucionais associados à deliberação pública.

Tendo em vista a possibilidade de o curso atender municípios da região sul-fluminense e fruto da combinação de esforços da Universidade Federal Fluminense (UFF-PUVR) com a Secretaria Municipal de Relações Comunitárias e Cidadania do Município de Resende, foi realizada nos dias 17 e 24 de maio do ano de 2014, na Casa dos Conselhos Municipais de Resende, a primeira edição do projeto de extensão nesse município.

Por meio da Lei nº 2.988 de 27 de dezembro de 2012 (PMR, 2013) foi definida a atual organização e estrutura administrativa da Prefeitura de Resende. De acordo com o art. 1º dessa lei, passou a compor a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal a Secretaria de Relações Comunitárias e Cidadania, a qual tem por objetivo buscar a criação de mecanismos para estimular e facilitar a participação popular nas políticas públicas estabelecidas pelo governo, através dos conselhos municipais. De acordo com o art.37 da lei nº 2.988 (PMR, 2013), a Secretaria Municipal de Relações Comunitárias e Cidadania têm por finalidade:

- I – estabelecer a participação popular da comunidade resendense através do fortalecimento das lideranças comunitárias;
- II – trabalhar o planejamento e as ações integradas para as coordenadorias de políticas públicas no sentido de buscar ações afirmativas para cada área respeitadas as suas particularidades;
- III – estimular e fortalecer a participação popular nos diversos conselhos municipais e nos demais níveis governamentais existentes;

IV – desenvolver a consciência política da população, visando o fortalecimento das organizações comunitárias, como forma dos direitos do cidadão;

V – estimular a participação popular no planejamento de ações de governo atendendo as prioridades da comunidade;

VI – dar visibilidade as ações de governo no que tange as melhorias para toda a cidade e ao atendimento as reivindicações das lideranças comunitárias;

VII – trabalhar na conscientização e prevenção de atos e manifestações contra a homofobia e a outras formas de preconceito e discriminação, construindo o conceito de cidadania.

O município de Resende possui, atualmente, vinte e um conselhos municipais (Saúde, Assistência Social, FUNDEB, Promoção da Igualdade Social, Políticas para Pessoas Idosas, Direitos da Criança e do Adolescente, Tutelar, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Transporte, Políticas da Mulher, da Pessoa com Deficiência, da Ordem Pública, Comércio, Antidrogas, de Alimentação Escolar, Turismo, Desenvolvimento Urbano e Territorial, Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, e do Contribuinte).

O curso foi realizado em dois sábados consecutivos, teve uma carga horária de dezesseis horas e contou com a participação de cinquenta participantes, dentre conselheiros e lideranças comunitárias. Nos encontros foram abordados os seguintes temas: Gestão Social, participação e cidadania; A Constituição Federal de 1988 e a participação social; Orçamento Público; Os conselhos de políticas públicas; e experiências práticas de conselhos de políticas públicas. Ao término do curso, vinte e seis integrantes obtiveram desempenho e frequência suficientes.

2.2 O Discurso do Sujeito Coletivo: uma alternativa no tratamento de dados.

Ao se realizar uma abordagem científica, tem-se como objetivo identificar as percepções ou pensamentos de uma pessoa ou de um determinado grupo. No entanto, para que isso ocorra, faz-se necessário motivar esses indivíduos a expressarem seus pensamentos ou construir seus discursos através de questões

abertas. Estas questões, devido à possibilidade de uma maior reflexão frente às questões fechadas (nas quais as respostas são pré-concebidas), proporcionam resultados mais fidedignos (ABREU *et al*, 2012).

A proposta da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) tem como fundamento a Teoria das Representações Sociais (FIGUEIREDO; CHIARI; GOULART, 2013) cujo conceito aparece com certa frequência em trabalhos de pesquisa de diversas áreas (ARRUDA, 2002). Essa Teoria foi desenvolvida por Serge Moscovici, representante da escola construtivista francesa, através do livro *Psychanalisesonimage et sonpublic*, publicado no Brasil em 1978, sob o título de Representação Social e Psicanálise (ARAÚJO, 2008). Em relação às representações sociais, Tomaselli e Oltramari (2007, p.273) nos apresentam a ideia de que:

Estudando as representações sociais, estaremos estudando o homem, como ele pensa, faz perguntas e encontra respostas para suas dúvidas e tomadas de decisão no mundo cotidiano. As representações são utilizadas no dia-a-dia como um conhecimento prático que permitem com que as pessoas se comuniquem ao mesmo tempo que guiam suas ações.

No caso das pesquisas cujos produtos são as representações sociais, a reconstituição das mesmas como produtos coletivos através do DSC permite que os resultados apareçam como coisas diretas ou não distanciadas, espontaneamente identificáveis pelo cidadão comum enquanto pensamentos ou opiniões familiares que ele poderia adotar. O DSC pode ser considerado como um método de resgate da Representação Social, caracterizado pela busca pela reconstrução dessas representações preservando, no entanto, a sua dimensão articulada com a sua dimensão coletiva. Ele pode funcionar como uma espécie de “espelho” do pensamento de coletividades e grupos, tornando-se extremamente útil na realização de intervenções que busquem despertar consciências coletivas ou até mesmo ensejar diálogos com posturas ou opiniões distintas (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006). Não há dúvida de que uma representação ricamente descrita, detalhada e justificada

possibilita um melhor entendimento daquilo que as pessoas pensam sobre um determinado tema (LÈFEVRE; LÈFEVRE; MARQUES, 2009).

O Discurso do Sujeito Coletivo, como uma técnica de tratamento de dados, consiste em reunir, em pesquisas sociais empíricas, sob a forma de discursos únicos redigidos na primeira pessoa do singular, o conteúdo de depoimentos ou opiniões com sentidos semelhantes que buscam produzir no leitor o efeito de uma “coletividade falando” (LEFÈVRE; LÈFEVRE; MARQUES, 2009). De acordo com Lefèvre e Lefèvre (2014, p.503):

O diferencial da metodologia do DSC é que a cada categoria estão associados os conteúdos das opiniões de sentido semelhante presentes em diferentes depoimentos, de modo a formar com tais conteúdos um depoimento síntese, redigido na primeira pessoa do singular, como se tratasse de uma coletividade falando na pessoa de um indivíduo.

O DSC busca expressar esses pensamentos ou opiniões coletivas através da aplicação de métodos quantitativos e qualitativos (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006). A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, uma vez que ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. No entanto, não existe uma dicotomia entre as pesquisas classificadas como quantitativas e as qualitativas, pois elas se complementam e a realidade abrangida por elas interage dinamicamente (MINAYO, 1994). De acordo com Lèfevre, Lèfevre e Marques (2009, 1194):

O discurso do Sujeito Coletivo, pelas suas características, propicia no que toca às representações sociais como objeto de pesquisa empírica, novas possibilidades de relações – no caso do diálogo – entre o todo e as partes, entre o individual e o coletivo, entre o teórico e o empírico, entre a descrição e a interpretação, entre a síntese e a análise, entre o paradigma e o sintagma e, *lastbut not least*, entre o qualitativo e o quantitativo, o que justifica, e talvez exija, a sua inserção no quadro das reflexões atuais sobre o tema da complexidade.

É importante ressaltar que os discursos dos indivíduos que serão analisados devem ser representativos em relação ao todo, a fim de que possam refletir a

percepção ou a opinião da coletividade da qual fazem parte, sem, no entanto, generalizá-los (ABREU *et al*, 2012).

3 MÉTODO DE PESQUISA

O estudo em pauta tem como objetivo analisar, a partir da utilização do Discurso do Sujeito Coletivo, a percepção de integrantes de conselhos gestores e lideranças comunitárias do município de Resende-RJ sobre a efetividade da participação social no processo de tomada de decisão do governo municipal. Visa, ainda, de acordo com a opinião desses cidadãos, identificar as formas pelas quais essa participação poderia ser fortalecida no âmbito do município.

O Discurso do Sujeito Coletivo consiste em um conjunto de procedimentos de tabulação e organização de dados discursivos provenientes, em geral, de depoimentos orais. Ao término desse processo, esses depoimentos coletivos são escritos na primeira pessoa do singular, visando produzir o efeito de um pensamento coletivo (LÈFEVRE; LÈFEVRE, 2003; MOTTA; MELO; PAIXÃO, 2012). O DSC, ainda de acordo com esses autores, pode ser considerado uma metodologia através da qual se pode contemplar informações comuns a distintos discursos individuais, reconstruindo-os num pensamento coletivo diferente de outros discursos relacionados. Ele se propõe a ser a inter-relação entre o conhecimento científico e o senso comum, na busca pela reconstituição do pensamento coletivo (GONDIM; FICHER, 2009).

A pesquisa em pauta pode ser classificada como exploratória - descritiva, de abordagem quantitativa - qualitativa, sendo que foram utilizados, como método e procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica e o levantamento. De acordo com Gil (2010), o levantamento é extremamente útil para o estudo de opiniões e atitudes, proporcionando informações gerais acerca de populações, que são indispensáveis em boa parte das investigações sociais.

A amostra utilizada pode ser classificada como não-probabilística por conveniência (FREITAS *et al*, 2000). Os sujeitos desta pesquisa foram vinte e seis participantes do “Curso de Formação Política e Cidadania: os Conselhos Municipais como referência”, escolhidos por estarem disponíveis a prestar suas opiniões sobre o tema em estudo. Cabe ressaltar que os integrantes da amostra residem, atualmente, em dezoito bairros localizados em distintas áreas do município de Resende.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário, composto por duas perguntas abertas. Optou-se pelo questionário devido ao fato de que, a partir do mesmo, é possível obter uma maior liberdade nas respostas, maior segurança (pelo fato das respostas não serem identificadas), menor risco de distorção e maior uniformidade na avaliação (MARCONI; LAKATOS, 2010). Os participantes foram convidados a apresentar, em um primeiro momento, suas opiniões sobre a participação popular nas ações do município de Resende e se a consideravam efetiva. Em um segundo momento, eles foram questionados (ainda de acordo com sua opinião) sobre de que forma essa participação poderia ser fortalecida no âmbito do município.

Para a criação do DSC foi utilizado o software *Microsoft Excel*, seguindo as seguintes operações, respectivamente:

- a) Primeiramente foram selecionadas, dentre cada uma das respostas, as expressões-chaves (E-CH). A partir dessas expressões-chaves (segmentos, contínuos ou descontínuos de discurso) é possível identificar o cerne de cada uma das respostas.
- b) Identificadas as E-CH, buscou-se identificar as ideias-chaves (IC) de cada uma das E-CH. A IC pode ser considerada como a síntese do conteúdo de cada uma das E-CH.
- c) Posteriormente, as IC semelhantes foram tabuladas e categorizadas através de códigos (como, por exemplo, IC-A, IC-B, IC-C, etc.).

d) Finalizada essa etapa, as E-CH relacionadas às IC foram condensadas em um discurso único, que é o DSC.

Foi realizada, ainda, a limpeza dos trechos que caracterizavam particularidades do discurso individual (como, por exemplo, nomes, situações específicas, etc.) de modo que fosse apresentada uma estrutura sequencial clara e coerente, sem que, no entanto, fosse modificado o seu conteúdo original (MOTTA; MELO; PAIXÃO, 2012). A análise dos resultados obtidos quantitativa e qualitativamente será apresentada na próxima seção.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme os objetivos propostos nesta pesquisa, a descrição e análise dos dados será apresentada em duas abordagens: quantitativa, referente a análise da frequência das ideias centrais; e posteriormente, a qualitativa, na qual serão construídos os discursos do sujeito coletivo (DSC) para cada uma das perguntas do questionário utilizado na coleta de dados. De acordo com Gondim e Fischer (2009, p.14), “a dimensão qualitativa é o discurso. A quantitativa se expressa na frequência de compartilhamento de discursos de indivíduos”.

4.1 Abordagem Quantitativa

As respostas obtidas por meio do questionário obtiveram, num primeiro momento, o tratamento quantitativo. Esse tratamento teve como objetivo analisar as frequências com que os discursos eram classificados em relação às Ideias Centrais. Com relação ao primeiro questionamento (*Pergunta 01 - Qual a sua opinião sobre a participação popular nas ações do município de Resende? Você a considera efetiva?*) foram encontradas as seguintes frequências de Ideias-Centrais (IC):

Tabela 1. Frequência de Ideias Centrais (Pergunta 01)

Código de IC	Descrição da IC	Frequência da IC
IC- A	Frágil participação popular	69,22%
IC- B	Participação acontece através dos Conselhos	11,54%
IC- C	Participação é efetiva	11,54%
IC- D	Participação acontece através de Lideranças Comunitárias	3,85%
IC- E	Participação acontece devido a iniciativas do governo local	3,85%

Fonte: Dados obtidos dos questionários utilizados na pesquisa.

De acordo com o discurso mais representativo, IC-A (69,22%), na opinião dos participantes da pesquisa a participação popular nas ações do município de Resende é considerada como frágil. Somente 11,54% dos participantes a consideraram como efetiva. Seis integrantes da amostra acreditam que ela ocorre no município através da participação dos conselhos municipais (11,54%), de lideranças comunitárias (3,85%) e através de iniciativas do governo local (3,85%).

Com relação ao segundo questionamento (*Pergunta 02* - Em sua opinião, de que formas a participação popular poderia ser fortalecida no âmbito do município de Resende?), foram encontradas as seguintes frequências de Ideias-Centrais (IC):

Tabela 2. Frequência de Ideias Centrais (Pergunta 02)

Código de IC	Descrição da IC	Frequência da IC
IC- A	Maior esclarecimento do povo e divulgação à população	15,38%
IC- B	Maior atuação dos Conselhos Municipais	26,92%
IC- C	Através da realização de Cursos de Capacitação	23,08%
IC- D	Através de uma maior participação dos Conselhos e das Lideranças Comunitárias	23,08%
IC- E	Não opinaram sobre o assunto	11,54%

Fonte: Dados obtidos dos questionários utilizados na pesquisa

Com relação à pergunta 02, o discurso mais representativo, IC-B (26,92%), apresenta a ideia de que a participação popular no município de Resende pode ser fortalecida através de uma maior atuação por parte dos Conselhos Municipais. Seis dos participantes (23,08%) apontaram que a participação popular poderá ser fortalecida através da realização de cursos de capacitação, o que proporcionaria aos cidadãos maiores informações sobre o tema. Outros seis participantes (23,08%) acreditam que a participação poderá ser fortalecida através de uma maior participação dos Conselhos Municipais e Lideranças Comunitárias junto ao governo local. Quatro participantes da amostra (15,38%) acreditam que a participação pode ser fortalecida se a população possuir maiores esclarecimentos sobre o assunto (divulgação) e três participantes optaram por não responder ao questionamento (11,54%).

4.2 Abordagem Qualitativa

Após a análise quantitativa dos dados foi realizado o tratamento qualitativo do discurso dos participantes, com o objetivo de construir os discursos do sujeito coletivo (DSC) para cada uma das perguntas do questionário utilizado na coleta de dados. O Quadro 1 apresenta o Discurso do Sujeito Coletivo construído de acordo com a percepção de integrantes de conselhos gestores e lideranças comunitárias do município de Resende-RJ sobre a efetividade da participação social no processo de tomada de decisão do governo municipal.

Quadro 1. Discurso do Sujeito Coletivo da IC-A

<p>IC-A. Frágil Participação Popular.</p> <p>A participação no município pode ser considerada como pequena, sem repercussão e não pode ser considerada como efetiva. As pessoas são acomodadas, desinteressadas e preferem transferir a responsabilidade para outras. No município são sempre as mesmas pessoas que participam.</p>

Fonte: Dados obtidos dos questionários utilizados na pesquisa

O discurso IC-A, conforme pode ser observado no Quadro 1, aponta a necessidade de uma maior participação da sociedade no processo de tomada de

decisão do município. De acordo com esse discurso, não há o interesse da sociedade resendense em participar dos processos de tomada de decisão e as pessoas, de uma forma geral, preferem se abstrair dessa responsabilidade.

O resultado obtido através do discurso IC-A corrobora com as ideias apresentadas por Milani (2008) de que, quando nos referimos à participação, os números de cidadãos engajados no processo são bastante modestos em relação à população local. Da mesma forma, reforça os apontamentos de Fung e Cohen (2007), de que é fundamental que os cidadãos atuem de uma forma mais direta nas escolhas públicas, ou que pelo menos procurem se engajar nas questões políticas, de forma que suas preocupações e opiniões sejam efetivamente ouvidas e atendidas por parte da administração pública.

No Quadro 2 é apresentado o Discurso do Sujeito Coletivo construído de acordo com a percepção de integrantes de conselhos gestores e lideranças comunitárias do município de Resende-RJ sobre as formas pela qual a participação popular poderia ser fortalecida no âmbito do município.

Quadro 2. Discurso do Sujeito Coletivo da IC-B

IC-B. Maior atuação dos Conselhos Municipais.
A participação popular pode ser fortalecida através de uma maior atuação dos Conselhos Municipais, que possuem bastante força, podem promover iniciativas e devem divulgar seus trabalhos para a população.

Fonte: Dados obtidos dos questionários utilizados na pesquisa

Da análise do discurso IC-B (Quadro 2), pode-se observar que os Conselhos Municipais ocupam posição de destaque perante os entrevistados, sendo sua atuação reconhecida como o principal mecanismo de fortalecimento da participação popular no processo de tomada de decisão da administração pública local. O resultado apresentado no discurso IC-B corrobora com as afirmações de Avritzer (2009) e Oliveira *et al* (2013), de que os Conselhos Municipais são considerados como importantes instrumentos de participação democrática e de controle social que

podem proporcionar o aumento da participação por parte na sociedade nas decisões do governo local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em pauta teve como objetivo analisar, a partir da utilização do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), a percepção de integrantes de conselhos gestores e lideranças comunitárias do município de Resende-RJ sobre a efetividade da participação social no processo de tomada de decisão do governo municipal. Visou, ainda, de acordo com a opinião desses cidadãos, identificar as formas pelas quais essa participação poderia ser fortalecida no âmbito do município. O Discurso do Sujeito Coletivo, como uma técnica de tratamento de dados, consiste em reunir, em pesquisas sociais empíricas, sob a forma de discursos únicos redigidos na primeira pessoa do singular, o conteúdo de depoimentos ou opiniões com sentidos semelhantes que buscam produzir no leitor o efeito de uma “coletividade falando” (LEFÈVRE; LÈFEVRE; MARQUES, 2009).

Os sujeitos desta pesquisa foram vinte e seis participantes do “Curso de Formação Política e Cidadania: os Conselhos Municipais como referência”, projeto de extensão universitária realizado através da parceria entre a Universidade Federal Fluminense – PUVR e a Secretaria de Relações Comunitárias e Cidadania do município de Resende-RJ. Os participantes da pesquisa foram escolhidos por estarem disponíveis a prestar suas opiniões sobre o tema em estudo. Esses participantes residem, atualmente, em dezoito bairros localizados em distintas áreas do município. O curso foi realizado em dois sábados consecutivos, na Casa dos Conselhos Municipais de Resende, teve uma carga horária de dezesseis horas e contou com a participação de cinquenta participantes, dentre conselheiros e lideranças comunitárias. Nos encontros foram abordados os seguintes temas: Gestão Social, participação e cidadania; A Constituição Federal de 1988 e a participação social; Orçamento Público; Os conselhos de políticas públicas; e experiências práticas de conselhos de políticas públicas.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário, composto por duas perguntas abertas. Os participantes foram convidados a apresentar, em um primeiro momento, suas opiniões sobre a participação popular nas ações do município de Resende e se a consideravam efetiva. Em um segundo momento, eles foram questionados (ainda de acordo com sua opinião) sobre de que forma essa participação poderia ser fortalecida no âmbito do município. Para a criação do DSC foi utilizado o software *Microsoft Excel*.

Pode-se observar, após a análise e descrição dos resultados, que na percepção de integrantes de conselhos gestores e lideranças comunitárias do município de Resende, a participação popular pode ser apontada como frágil, pequena e sem repercussão, não podendo ser considerada como efetiva. Para os participantes os cidadãos resendenses são acomodados, desinteressados e preferem não se envolver no processo de tomada de decisão, transferindo a responsabilidade para outras pessoas. Alegam que no município são sempre as mesmas pessoas que participam. Com relação à forma que a participação poderia ser fortalecida no âmbito do município, a maior parte dos participantes afirmou que é através da atuação efetiva dos Conselhos Municipais, os quais possuem bastante força, podem promover iniciativas e devem divulgar seus trabalhos para a população.

A avaliação realizada por este artigo é preliminar e apresenta uma visão resumida da opinião de integrantes de conselhos municipais e lideranças comunitárias, uma vez que o efetivo participante do curso pode ser considerado como reduzido (vinte e seis pessoas). Cabe ressaltar, no entanto, que todos os participantes da pesquisa obtiveram desempenho e frequência suficientes no curso e que o estudo não esgota investigações futuras. Destaca-se, ainda, que acompanhamentos complementares estão sendo realizados.

THE PERCEPTION OF MEMBERS OF COUNCILS MANAGERS AND COMMUNITY LEADERS ABOUT THE SOCIAL PARTICIPATION IN RESENDE-RJ.

ABSTRACT

This research had as objective to analyze, from the use of the Discourse of the Collective Subject (DSC), the perception of members of councils managers and community leaders of Resende-RJ on the effectiveness of the social participation in the decision making process of the local government. Endorsed, still according to the opinion of these citizens, identify the ways by which this participation could be strengthened in the context of the municipality. It was observed that, in the perception of the participants, the popular participation can be singled out as fragile, small and without repercussion and cannot be considered effective. For those participants resendenses citizens are accommodated, selfless and prefer not to get involved in the decision making process, transferring the responsibility for other people. Most of the participants believe that participation can be favored in the municipality through the actuation of the Municipal Councils, which have great strength and can promote initiatives next to local government.

KEYWORDS: SOCIAL PARTICIPATION. ADVICE MANAGERS. COMMUNITY LEADERS. THE COLLECTIVE SUBJECT DISCOURSE (DSC).

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. A. Movimentos sociais e redes: um estudo de caso. **Administração pública e gestão social**, v. 2, n. 2, p. 200-219, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/29#.VSrXovldV1Y>>. Acesso em: 15 Mar. 2015.

_____. Democracia, hegemonia e Internet: um estudo de caso sobre o orçamento participativo digital. Bahia. **Tese** (Doutorado em administração), Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2012.

ABREU, J. C. A.; MELO, D. R. A.; MORAIS, K. S.; WINKLER, I.; SENTO-SÉ, F.; NASCIMENTO, W. S. O Discurso do Sujeito Coletivo em Administração: um estudo sobre aplicações e possibilidades. **Revista Científica do Centro Universitário de Barra Mansa – UBM**, Barra Mansa, v.14, n.27, p.95 -107, jul. 2012.

ANDRADE, D. M.; CASTRO, C. L. C.; PEREIRA, J. R. Cidadania ou "estadania" na gestão pública brasileira? **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v.1, n.46, p. 177-190, jan./fev. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n1/v46n1a09.pdf>>. Acesso em: 15 Mar. 2015.

ARAUJO, M. C. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. **Revista Hospitalidade**, v. 5, n. 2, p. 98-119, jul./ dez. 2008. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/hospitalidade/article/viewArticle/155>>. Acesso em: 17 Mar. 2015.

ARRUDA, A.. Teoria das Representações Sociais e teorias de gênero. **Cadernos de pesquisa**, n.117, p.127-147, nov.2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>>. Acesso em: 17 Mar. 2015.

AVRITZER, L. Experiências nacionais de participação social. **In: Democracia participativa**. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=653346&indexSearch=ID>>. Acesso em 17 Mar. 2015.

BRASIL, F. *et al.* Gestão democrática das cidades e instituições participativas: tendências no contexto brasileiro recente. **Economia Global e Gestão**, v. 17, n. 1, p. 117-134, abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442012000100008>. Acesso em: 17 Mar. 2015.



CARLOS, E. Participação e cultura política no Orçamento Participativo. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v.6, n.1, p.131-154, jan-jun. 2006. Disponível em: <<http://revistas.eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/26/0>>. Acesso em: 17 Mar. 2015.

DA SILVA, F. B.; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. Políticas. Sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. *In: Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_8-10.pdf>. Acesso em: 17 Mar. 2015.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática: limites e possibilidades. *In: DAGNINO, E (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, p.279-302, 2002.

FERRAREZI, E. ; OLIVEIRA, C.G. Reflexões sobre a emergência da participação social na agenda das políticas públicas: desafios à forma de organização burocrática do Estado. *In: Participação Social: textos para discussão*, IABS, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/737>>. Acesso em: 17 Mar. 2015.

FIGUEIREDO, M. Z. A; CHIARI, B. M; GOULART, B. N. G. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. *Revista Distúrb Comum*, São Paulo, 25 (1), p.129 – 136, abr 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14931>>. Acesso em: 17 Mar. 2015.

FRANCKINI, T. M. et al. Participação e Representações alternativas nas Democracias Contemporâneas: dois fenômenos, uma abordagem. *In: Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional de Movimentos Sociais, Participação e Democracia (UFSC)*, Florianópolis-SC, 11-13 ago. 2010. Disponível em: <<http://bdtccs.furg.br:8080/handle/1/4057>>. Acesso em 17 Mar. 2015.

FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa survey. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, v. 35, n. 3, jul. / set. 2000. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=269>. Acesso em: 22 Mar. 2015.

FUNG, A. Varieties of Participation in Complex Governance. *Public Administration Review*. 2006.



FUNG, A. ; COHEN, J. Democracia Radical. **Revista Política & Sociedade**, n.11, p. 221-237, outubro, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewArticle/1293>>. Acesso em: 22 Mar. 2015

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2010.

GONDIM, S., FISCHER, T. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. **Cadernos gestão social**, v. 2, n. 1, p. 9-26, set. / dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/viewArticle/75>>. Acesso em: 22 Mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Informações completas do município de Resende. **IBGE**, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330420>>. Acesso em: 12 Abr 2014.

KRONENBERGER, T. S. et al. Os Conselhos Municipais de Políticas Públicas sob o Olhar da Comunidade: uma Experiência de Extensão Universitária. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 146-177, set. / dez. 2012. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/341>>. Acesso em: 22 Mar. 2015.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa; **Desdobramentos**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

_____. O Sujeito Coletivo que fala. **Revista Interface. Comunic, Saúde, Educ**, v.10, n.20, p.517 – 524, jul / dez 2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/viewFile/14931/11139>>. Acesso em: 22 Mar. 2015.

_____. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Texto contexto - enferm. [online]**. vol.23, n.2, p. 502-507. abr. / jun. 2014. ISSN 0104-0707. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n2/pt_0104-0707-tce-23-02-00502.pdf>. Acesso em: 02 abr 2015.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. vol.14, n.4, p. 1193-1204, 2009. ISSN 1413-8123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n4/a20v14n4.pdf>>. Acesso em: 02 Abr 2015.



MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v.3, n. 42, p.551 – 579, mai. / jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000300006>. Acesso em: 26 Mar 2015.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOTTA, G. S.; MELO, D. R. A. ; PAIXÃO, R. B. O jogo de empresas no processo de aprendizagem em administração: o discurso coletivo de alunos. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 3, p. 342-359, mai. / jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552012000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 Mar 2015.

MOTTA, P. R. Participação e descentralização administrativa: lições de experiências brasileiras. **Revista de Administração Pública**, v. 28, n. 3, p. 174 - 194, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8601/7339>>. Acesso em 02 Abr. 2015.

OLIVEIRA, V. C. S. et al. Perspectiva de Contribuição do Projeto “Formação Política e Cidadania: os Conselhos Municipais como Referência” em Volta Redonda, RJ: Análises Preliminares. **NAU Social**, v. 4, n. 7, nov.2013 / abr. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewArticle/364>>. Acesso em: 26 Mar 2015.

PAES DE PAULA, A. P. Administração Pública brasileira: entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. Vol. 45, nº 1, p. 36-49. Jan / Mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n1/v45n1a05>>. Acesso em: 26 Mar. 2015.

PINHEIRO, L. S. Participação popular e instrumentos institucionalizados de participação em nível local. **Administração Pública e Gestão Social**, v.6, n.1,p.19-26, jan. / mar. 2014. Disponível em: <http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/580>. Acesso em: 26 Mar. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE (PMR). *Lei nº 2.988 de 27 de dezembro de 2013*. **Boletim Oficial do Poder Executivo do Município de Resende**. Ano V,



n°002. Resende. Jan. 2013. Disponível em: <http://www.resende.rj.gov.br/conteudo/boletim_oficial/2013/Bo_002.pdf>. Acesso em: 26 Mar. 2015

ROCHA, C. V. Gestão Pública Municipal e participação democrática no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, v.19, n.38, p. 171-185, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a11.pdf>>. Acesso em: 26 Mar. 2015

SCHLEGEL, R. Internauta brasileiro: perfil diferenciado, opiniões indiferenciadas. **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.34, p.137-157, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a11v17n34.pdf>>. Acesso em: 02 Abr. 2015

TOMASELLI, T. R.; OLTRAMARI, L. C. Possíveis contribuições da teoria das representações sociais às finanças comportamentais. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 13, n. 2, p. 269-289, mai. / ago. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/read/article/viewFile/39921/25455>>. Acesso em: 26 Mar. 2015.

VASCONCELLOS, A. P. R.; DA CRUZ JUNIOR, J. B. A participação como instrumento da modernização organizacional. **Revista de Ciências da Administração**, v. 2, n. 3, p. 17-28, jan. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/8033>>. Acesso em: 12 Abr. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/8033>.